



LEIDIMAR APARECIDA ALVES COTA
VANUSA VIEIRA DE ANDRADE

**LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES SOBRE A ESCOLHA DO LIVRO DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE COSTA RICA
INSTITUTO SUPERIOR LAURADAIANE

Costa Rica – MS
2009



LEIDIMAR APARECIDA ALVES COTA

VANUSA VIEIRA DE ANDRADE

LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES SOBRE A ESCOLHA DO LIVRO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação de Costa Rica – FECRA, como requisito para a obtenção do título de Graduação do curso de Letras.

Orientadora: Prof^a. Ms. Estela Mara de Andrade

Faculdade de Educação de Costa Rica
Instituto Superior Lauradaiane

Costa Rica – MS
2009

LEIDIMAR APARECIDA ALVES COTA
VANUSA VIEIRA DE ANDRADE

**LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES SOBRE A ESCOLHA DO LIVRO DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação de
Costa Rica – FECRA, como requisito para a obtenção do título de
Graduação do curso de Letras.

Orientadora: Prof^a. Ms. Estela Mara de Andrade

Aprovada em: ____/____/2009

Prof^a. Ms. Estela Mara de Andrade
(Orientadora)

Prof.

Prof.

DEDICATÓRIA

Primeiramente dedicamos essa conquista a Deus, pois graças a Ele conseguimos concluir essa etapa em nossa vida.

A nossa família que nos apoio em todos os momentos. Dando-nos força e incentivo para que não desistíssemos.

Aos nossos professores, que nos proporcionaram mais do que conhecimento. Motivaram-nos e provaram que éramos capazes de alcançar esse objetivo.

E por fim, aos nossos colegas de sala, que estiveram conosco no decorrer dessa jornada e que também estão conquistando mais uma etapa em suas vidas.

AGRADECIMENTO

A Deus por que sem Ele não teríamos alcançado tantas vitórias.

Aos Nossos Pais que junto conosco também estão realizando um sonho.

A todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuirão para nosso crescimento nessa trajetória.

Aos professores que colaboraram com nossa pesquisa, nos ajudando com seus conhecimentos e suas experiências.

RESUMO

O objetivo desta monografia intitulada “Livro Didático: reflexões sobre a escolha do livro de Língua Portuguesa” é analisar como é realizada a escolha do livro didático de Língua Portuguesa pelos professores e pela escola. Também faz algumas indagações sobre a aceitação do livro didático de Língua Portuguesa pelos professores e pelos alunos contando com subsídios teóricos pertinentes. Entendemos que é importante que os profissionais que trabalham com a língua materna, não só conheçam o material empregado, como também saibam administrar os pontos positivos e negativos caso existam. Busca refletir sobre a aceitação e a maneira de se fazer as escolhas do material didático. A pesquisa justifica-se porque muitas vezes o aluno não vê o livro didático de Língua Portuguesa como um material que pode lhe servir para refletir sobre tudo que o rodeia. Outra preocupação da pesquisa é identificar se existe um olhar próximo do ideal em relação aos livros didáticos que atualmente se usa nas escolas. Entretanto realizamos pesquisa de campo com quatro professores formados na área de Letras, sendo assim iniciamos a discussão levando em consideração fatores já mencionados anteriormente com os docentes. Verificou-se na fala dos professores que participaram da pesquisa de campo que existem muitas contradições em relação ao conteúdo do livro didático e a realidade social e cultural dos alunos. Em geral os professores apontam para uma inadequação do material didático, assim como a estratégia utilizada para sua escolha. Afirmamos que um material didático que não cumpre com sua função interfere diretamente no desempenho dos alunos.

Palavras - chave: Livro Didático, Métodos de escolha, Procedimentos de ensino.

ABSTRACT

The purpose of this thesis entitled "Textbook: reflections on the choice of Portuguese-speaking book" is to analyze how is the choice of textbook Portuguese-speaking teachers and the school. Also make some inquiries about the acceptance of the textbook Portuguese-speaking teachers and students relying on relevant theoretical data. We believe it is important that professionals working with the tongue, not only know the material used, but also know how to manage the strengths and weaknesses if any. Reflects upon the acceptance and the way to make the choices of material. The research is justified because many times the student does not see the textbook of Portuguese as a material that can serve to reflect on everything that surrounds it. Another concern of the research is to identify whether there is a close look at the ideal in relation to textbooks that are currently used in schools. However conducted field research with 4 teachers trained in the area of Arts, so we started the discussion taking into account factors mentioned above with the teachers. It was the speech of teachers who participated in the research field there are many contradictions in the content of the textbook and the social and cultural development of pupils. In general, the teachers point to an inadequacy of teaching materials, as well as the strategy of your choice. We say that educational material that does not comply with its function directly affected the performance of students.

Keywords: Textbooks, Methods of choice, teaching procedures.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	13
1 ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO SEGUNDO A CONCEPÇÃO DE BAIRRO	13
1.1 OS PRIMEIROS SINAIS DO USO DO LIVRO DIDÁTICO.....	13
1.2 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: COMO TUDO COMEÇOU.....	15
CAPÍTULO II	23
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	23
2.1 ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO.....	23
2.2 AS CONTRADIÇÕES E CONTROVÉRSIAS DO LIVRO DIDÁTICO.....	26
2.3 DIVERSIDADE DE GÊNEROS TEXTUAIS NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	33
CAPÍTULO III	35
3 O PROFESSOR E A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA	35
3.1 A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	35
3.2 LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: FERRAMENTA QUE FAVORECE O APRENDIZADO.....	41

3.3 OS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	45
3.4 LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca pontuar algumas questões em torno das escolhas e das avaliações feitas pelos professores que ministram aulas de Língua Portuguesa.

Diante de algumas propostas de escolha do livro didático entendemos que o professor pode escolher um livro de Língua Portuguesa que contemple a realidade de sua sala. Valorizando não só a faixa etária em questão, mas também fatos que acontecem na sociedade e acabam refletindo em sala de aula.

O livro didático de Língua Portuguesa é algo restritamente pessoal do professor da disciplina, sendo que muitas vezes ele necessita buscar em outras metodologias um complemento, ou um auxílio para o livro didático que ele esteja utilizando. Diante de algumas indagações nossas enquanto futuras professoras, estava: Será que o livro didático de Língua Portuguesa consegue dar suporte pedagógico suficiente para os professores? Quais meios são utilizados para a escolha dos livros didáticos? Todos os professores de Língua Portuguesa acreditam que o material didático está a contento?

Partindo de tais indagações, e pensando em responder tais questionamentos, elaboramos um projeto que culminou nesta pesquisa.

A proposta de pesquisar algo que realmente causava inquietação em nós pesquisadoras, nos levou a concretização deste trabalho. Fomos a campo e com suporte teórico condizente com a proposta realizamos o trabalho ora avaliado.

No primeiro capítulo estaremos retratando um pouco da história do livro didático. Discutindo como eram os primeiros livros, que no início eram chamados de Cartilha e seu desenvolvimento até os dias atuais.

Já no segundo capítulo, estaremos apresentando algumas considerações sobre sua escolha. Nessa perspectiva, como o professor deve analisar o livro didático o qual escolher, analisamos também algumas falhas encontradas no livro e também a necessidade de se escolher um material que contemple as diversidades de gêneros textuais, para assim estar motivando o aprendizado dos alunos e não os limitando com as mesmices encontradas no livro didático.

Para justificar as perguntas dos dois primeiros capítulos, estaremos mostrando no terceiro capítulo a pesquisa de campo, a qual entrevistamos quatro profissionais da área de Língua Portuguesa, sendo que dois atuam como professores em Escola Municipal e dois em Escola Estadual. Estes, estarão dando seus pareceres em relação ao livro didático, sobre utilizar outras metodologias e principalmente os conteúdos necessários que o livro didático precisa abordar.

Destacamos aqui que estaremos usando nomes fictícios para esses professores, para assim proteger a sua integridade e a sua privacidade.

Nossos entrevistados possuem a seguinte caracterização:

Fernanda: atua na Escola Estadual José Ferreira da Costa e trabalha com as séries de Ensino Médio. Formou-se na cidade de Penápolis – SP, em 16 de Agosto de 1982, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis. Leciona Língua Portuguesa desde 1984, tem 50 anos, já participou de quatro escolhas de livro didático.

Vladimir: é professor na Escola Municipal Prof^o Adenocre Alexandre de Moraes, leciona Língua Portuguesa desde 1997. Formou-se na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na cidade de Campo Grande – MS em 20 de Dezembro de 1996. Atualmente é professor nas Séries de 6^o ao 9^o Ano do Ensino Fundamental, tem 39 anos, já participou de três escolhas do livro didático.

Carmem: é professora na Escola Estadual Santos Dumont, leciona Língua Portuguesa do 9^o Ano do Ensino Fundamental ao 3^o Ano do Ensino Médio. Formou-se na cidade de Pereira Barreto – SP, em 18 de Dezembro de 1981, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Urubupungá e desde 1985 leciona Língua Portuguesa, tem 55 anos e já participou de cinco escolhas de livro didático.

“Valesca” é professora na Escola Municipal Prof^o Adenocre Alexandre de Moraes, desde 1988 leciona Língua Portuguesa. Formou-se na cidade de Pereira Barreto – SP, em 11 de Dezembro de 1987, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Urubupungá. É professora atualmente nas Séries de 6^o ao 9^o Ano do Ensino Fundamental, tem 54 anos, já participou de seis escolhas do livro didático.

Nas considerações finais, ressaltamos os resultados obtidos, sugerimos uma escolha de livro que esteja condizente com a realidade de cada sala de aula, de cada aluno, ou seja, que atenda as necessidades dos alunos em todos os sentidos. Também ressaltamos a importância do embasamento teórico para que as escolhas

não fiquem restritas ao campo empírico e sai em concordância de professores competentes para tal fim.

CAPÍTULO I

1 ORIGEM DO LIVRO DIDÁTICO SEGUNDO A CONCEPÇÃO DE BAIRRO

1.1 OS PRIMEIROS SINAIS DO USO DO LIVRO DIDÁTICO

Com o surgimento do Renascimento, Deus deixou de ser o centro de tudo (teocentrismo) e o homem ganhou cada vez mais espaço (antropocentrismo). Devido a isso a Igreja havia entrado em declínio e a imprensa surgia com força total. Assim, com a possibilidade de terem divulgações editadas, a Igreja deixaria de dominar a escrita e a transmissão de conhecimento.

Nesta época, somente a elite e membros do clero podiam ser alfabetizados.

A burguesia freqüentava as escolas, não só para aprenderem a ler e escrever, mas principalmente para terem mais preparo para estarem liderando, administrando e subordinando outras pessoas. As escrituras sagradas eram lidas e transmitidas pelo clero, fazendo assim crescer naqueles que não sabiam ler a terem uma crença maior em sua doutrina.

[...] o clima de angústia e desesperança diante de várias catástrofes, como guerras continuadas, peste e fome, fez com que se concentrasse a religiosidade dos povos europeus. Os indivíduos voltavam seus olhos mais ainda para o céu em busca de proteção e de salvação eterna. (VEIGA, 1995, p. 23)

Baseado na idéia de Veiga, as pessoas buscavam na religião algo que de certa forma as salvassem e que as fizessem encontrar a paz espiritual tão almejada, não se importando assim em saber além daquilo que o clero ensinava.

Era a Igreja que determinava o certo e o errado. Determinava também que os homens eram condenados e julgados por Deus, se desrespeitassem seus mandamentos. E que a Igreja é o lugar onde encontrariam apoio e consolo.

Surge então, nesse período de Renascimento os primeiros manuais escolares “O ABC de Hus”, escrito pelo pensador e reformador religioso Jan Hus.

Esse livro tinha uma ortografia padrão, frases religiosas que iniciavam com letras diferentes. Pontuamos aqui que os primeiros manuais didáticos eram voltados para uma pequena parte da sociedade e ainda era escrito de forma conservadora e prescrita.

Jan Hus foi excomungado e condenado pelo Conselho de Constança, vindo a ser queimado vivo, isso tudo devido ele ter sido um dos precursores da reforma protestante.

A reforma protestante foi uma reforma religiosa, onde Martinho Lutero indignado com os dogmas da Igreja católica, revoltou-se e propôs uma reforma no catolicismo. Lutero foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus e provocou assim uma revolução religiosa.

A Igreja Católica tinha grande influência sob o povo em geral, isso até a Reforma Protestante. A Igreja, por sua vez, comandava os reis, os burgueses e os plebeus, isto é, todos eram submissos a ela, tal realidade se dava por não terem outros conhecimentos, a não ser os ensinamentos da Igreja.

Os reformadores lutavam não somente pela livre interpretação das palavras de Deus, mas também pelo livre comércio, sem que a Igreja interferisse com seus julgamentos e impostos. Viam a escolarização como um meio de transmitir essas novas idéias. Na Idade Média, o dinheiro tinha sido considerado estéril, valioso apenas como meio de troca. Mas na época da Reforma o processo capitalista de usar dinheiro se tornou cada vez mais generalizado.

Nessa época, ainda existiam os feudos, o comércio era a moeda da troca. Trocavam mercadorias. Porém o dinheiro era muito pouco e a Igreja que tinha um liderança considerável, condenava o comércio livre.

Nas cidades de Wittenberg (Alemanha) em 1525, é editada a cartilha chamada de "Bokeschen vor leven ond kind", a qual continha o alfabeto, os Dez Mandamentos, orações e algarismo. E em 1527, Valentin Ickelsamer, inclui em sua cartilha as primeiras gravuras, como por exemplo, a letra S usando o desenho de uma cobra.

Os protestantes eram a favor de que o Estado é que deveria ser o responsável pela educação e lutavam para ter uma educação desvinculada da igreja para que todos tivessem direito a alfabetização.

Ainda no século XVI, com o absolutismo como forma de poder, a educação era um privilégio de poucos. Se todos tivessem direito a alfabetização, o comércio, a agricultura e o exército iriam a falência devido a falta de professores para atender a todos. As relações de poder já desde essa época nos indicavam que a escolarização foi um processo “de cima para baixo”, ou seja, o Estado recomendava o que e para que aprender. Os indicadores no mostra que ainda hoje comungamos com essa idéia, já que não podemos escolher de forma democrática os livros que contemplariam a realidade individual de cada sala de aula.

O liberalismo surgiu para defender a idéia de que o poder deveria ser conquistado pelo voto e não pela força ou pela riqueza.

Em 1658, durante esse período, Comênius, edita a obra “O mundo sensível em gravuras”, inspirado em Jan Hus, a qual apresentava lições acompanhadas de ilustrações. Para o autor a educação deveria começar pelos sentidos.

Comênius acreditava que era possível ensinar tudo a todos, era possível também reunir todo conhecimento e assim fazer com que o aluno fosse levado a esse mesmo conhecimento, ou seja, toda e qualquer pessoa tem todas as possibilidades de aprender, compreender. Com isso, fica evidente o docente ter vários meios de levar conhecimento aos seus alunos.

Em 1702, São João Batista de La Salles, escreve o manual “Condutas das escolas cristãs”. Essa cartilha, por sua vez, era dividida em lições. O aluno recebia primeiramente uma tábua do alfabeto, depois ele passava para a tábua das sílabas, era encaminhado para o silabário, soletração, leitura de sílabas, isso até chegar a leitura pausada. Ficava mais do que óbvio que esse aprendizado para a leitura era utilizado para religiosidade. No início o livro didático de Língua Portuguesa, inspirado ainda nos moldes dos ensinamentos religiosos, buscava mostrar de forma sucinta o poder das palavras escritas, assunto este que veremos a seguir.

1.2 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: COMO TUDO COMEÇOU

No início o livro didático era chamado de Cartilha. Publicada em 1540 “A cartilha” de João de Barros, foram as primeiras cartilhas de Língua Portuguesa. Nela continha o alfabeto em letras góticas, letras ilustradas com desenhos, os mandamentos de Deus e da Igreja. Contudo isso, percebemos assim a influência da Igreja na educação daquela época. Em 1850, Antonio Feliciano de Castilho escreve um livro chamado “método portuguez para o ensino de ler e escrever”, isto em Portugal. Nesta obra continha alfabeto e textos narrativos.

No entanto vários métodos de alfabetização não deram certo em Portugal, nesta época.

Considerando um autor mais atual, João de Deus, escreveu em 1875 a “Cartilha Maternal”. Esta foi levada as escolas portuguesas e para o Brasil. Tanto é que esta obra foi o primeiro manual de alfabetização dos brasileiros.

Entretanto é importante ressaltar que o material trazido para o Brasil não era de boa qualidade no que diz respeito ao seu aspecto. Eram feitos com papel simples, diferente na qualidade das obras de Portugal, que tinham mais resistência.

Tendo em vista que antes da vinda da família Real ao Brasil, era proibida a publicação de livros nacionais, isso fazia com que os livros fossem importados de Portugal. Com isso o valor destes livros era alto. Por essa razão alguns Professores faziam seus próprios materiais de trabalho, inclusive livros que intitulavam de “Cartas do ABC”. Desde o início já percebemos que em nada era considerada a realidade do aluno e suas necessidades. Os livros importados de Portugal possivelmente tratavam de uma sociedade culturalmente diferente da nossa, os alunos do Brasil aprendiam o que interessava a Portugal.

Em relação aos métodos de alfabetização, naquela época, primeiramente foram sintéticos, isto é, método onde segue o aprendizado da parte para o todo.

Até o momento existia uma única maneira de alfabetização, que era considerada até então, algo de fácil compreensão. No entanto havia quem discordasse.

Pode ser, por exemplo começar pelas vogais, seguindo-se uma combinação de consoantes labiais com vogais (ba, be, bi, bo, bu) e, a partir daí, chegar a formação das primeiras palavras por duplicação dessas sílabas (boba, bebe, babá)(LAROCA; SAVELI, 2001, p. 187)

Através desse método, notamos que foi preciso exigir um pouco mais da capacidade intelectual dos alunos, fazendo com que os mesmos aprendessem mais rapidamente o conteúdo aplicado.

Em seguida, após o método sintético, passou para o método analítico, ou seja, é aquele onde a alfabetização deve partir de estruturas completas.

O grande objetivo deste método era eliminar as dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, os livros baseados no ba, bé, bi, bo, bú estavam sendo ultrapassados.

A partir daí, muitas editoras se aproveitaram para lucrar, porém não tinham nenhuma preocupação com a educação.

Em 1859, Francisco Alvez da Silva Castilho, escreve o “Manual explicativo do método de leitura” e dedicou aos professores. Já no ano de 1880, Hilário Ribeiro escreve a “Cartilha Nacional”, baseada em um trabalho da leitura e da escrita.

No entanto, quando se falava na melhoria da educação, havia uma grande contradição. Basbaum que era escritor e crítico na época, diz em um trecho de seu livro, como era a situação do analfabeto em relação ao fato eleitoral. Basbaum (1976) afirma que: “Os analfabetos aprendiam, as vezes, a assinar o nome para poder lançar na urna um voto cujo nome não podia ler. E se pudesse seria a mesma coisa.” Assim podemos perceber, que naquela época a classe voltada para a política não queriam pessoas alfabetizadas, pois, esses poderiam se voltar contra eles. Por isso a educação, naquela ocasião não era incentivada.

Foi publicado em 1892 o “Primeiro Livro de leitura”, de Felisberto de Carvalho, em que defendiam a silabação. Esta obra deixa evidente que o método sintético tinha que ser mantido no ensino para aprendizagem dos brasileiros.

Arnaldo Barreto, em 1907 publicou a “Cartilha Analítica”, a qual enfatizava frases que se relacionavam a idéias lógicas, do tipo: “Eva viu o ovo”.

Com a lei nº. 1750, de 8 de dezembro de 1920, passa então a dar total liberdade as instituições a utilizarem o método de alfabetização que achassem melhor. Assim surgiu o método de alfabetização misto, o qual unia o sintético e o analítico.

Lourenço Filho, foi um educador brasileiro e participou do Movimento dos Pioneiros, o qual escreveu em 1928 a “Cartilha do Povo”, baseada em métodos mistos e ecléticos, a qual finalidade era medir o nível de maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita. Convém aqui destacar que essa maturação não

era a psicológica, e sim a cognitiva da criança. Assim deu-se respaldo a exercícios considerados preparatórios à alfabetização.

Em 1930, o Brasil entra na Segunda República e perdura até 1937. Os liberais apoiados pela pedagogia da Escola Nova, que era uma nova maneira com vários métodos de ensino/aprendizagem, elaboraram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendendo uma escola baixa, gratuita e obrigatória, e de outro lado havia o anseio de unir liberais e católicos. Sem esquecer da preocupação que havia com o fascismo e o nazismo que abalava o mundo.

Inicia então uma discussão educacional entre os que defendiam o ensino tradicional apoiada na aristocracia rural e na Igreja, e os defensores da Escola Nova que trouxe reflexões sobre a educação popular.

Em 1937, o Estado Novo era um regime centrado e autoritário, incentivados pelo Ministro Gustavo Capanema, cria um órgão específico para formular política do livro didático. O Instituto Nacional do Livro (INL), o qual contribuía para dar maior legitimação ao livro didático e auxiliar no aumento de sua produção, enfrentou alguns problemas, pois mesmo havendo essa contribuição, alguns autores ainda teriam preconceitos a esse tipo de literatura. Alguns pesquisadores, como Lajolo e Zilberman, já citaram o livro didático como o primo pobre da literatura, sendo textos superados ou pelo tempo ou pelo avanço educacional do estudante.

Dessa forma podemos observar que neste contexto o livro didático não é nenhuma obra prima e que necessita de muitas melhorias quanto aos seus conteúdos, pois, os avanços são inevitáveis e indispensáveis para o aprimoramento e acompanhamento da cidadania.

Para a constatação desse aspecto, existem autores que denunciam com questões básicas a produção do livro didático no Brasil em relação aos seus escritores:

Algumas indagações são inevitáveis: Estariam nossos primeiros autores motivados pelas vantagens financeiras que a empreitada poderia oferecer ou seriam outros os motivos que os levaram à realização de um trabalho intelectual considerado inferior na hierarquia da produção do conhecimento? (BITTENCOURT, 2004, p.479)

Isso prova que muitos autores na época tentaram mostrar seu trabalho, sua capacidade. Só não se sabe se era pela questão financeira, ou se por outra

razão, porém, essa tentativa para muitos não foi suficiente, não sendo assim reconhecidos.

A segunda Guerra Mundial marcou a década de 40, o Brasil estava passando pelo processo de urbanização, assim crescia o proletariado, mesmo havendo muitas pessoas que viviam no interior.

Em 1946, deveria ser criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, isto é, uma lei que serviria para definir e regularizar o sistema de educação, isso seguindo a Constituição. O projeto foi entregue em 1948 e no ano seguinte, o ex-ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema o arquivou sendo mais tarde dado como perdido.

A história da elaboração da nova Lei de Diretrizes e base da educação Nacional (LDB) teve início e desenvolvimento riquíssimos, marcados por uma ampla participação de todos os seguimentos envolvidos com a educação no país. A marca de seu desfecho, entretanto, foi frustrante. Pelo menos para aqueles que empenhavam, por quase uma década, para que tivéssemos uma LDB muito mais avançada que a atual, indutora de transformações profundas em nossa sociedade (BR, MEC, 1997)

Fica claro com isso, que muitos dos que lutaram para ter uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) repleta de conquistas, se decepcionaram por não terem concretizado, naquele momento, essa idéia de implantação e assim não terem conseguido alcançar seu objetivo.

Nesse período, acreditava que a educação tomaria um rumo concreto e igualitário, porém, as condições do sistema não mudariam. Os métodos de alfabetização apresentados nos livros didáticos permaneciam em uma lenta caminhada.

Até 1950, as cartilhas enfatizavam a leitura, voltado para o padrão social, a norma do bem escrever que era a imitação dos bons escritores. Os professores e as cartilhas eram considerados salvadores. “A cartilha era ‘logicamente’ perfeita, o professor tinha todos os subsídios necessários e pontos para aplicar o método das cartilhas, então, a dificuldade deveria residir nas crianças.” (GAGLIARI, 1998, p. 27)

Isso quer dizer que não existia “falhas” na cartilha e o professor estava totalmente preparado para aplicá-la. Se algo desse errado e os alunos, ou algum aluno não conseguisse compreender, o problema estava exclusivamente no alfabetizando.

Podemos perceber com isso que existe aí uma ligação de pensamento liberal, de raciocínio livre, onde cada um é responsável por si só. Ou seja, sempre que havia falhas era devido a alguma atitude dos estudantes. Em hipótese alguma, os erros estavam no livro, ou no professor e assim continuavam e continuam sendo usados sem serem questionados.

Corrêa (2000) destaca que os professores utilizavam os livros didáticos de maneira como se eles fossem normas a serem seguidas rigorosamente, não desfrutando de outros métodos de transmitir conhecimento.

Sendo assim, fica óbvio que os livros didáticos são exemplares concretos dos interesses educacionais.

Por quase um século, esses esforços se concentraram, sistemática e oficialmente, na questão dos métodos de ensino da leitura e escrita, e muitas foram as disputas entre os que se consideravam portadores de um novo e revolucionário método de alfabetização e aqueles que continuavam a defender os métodos considerados antigos e tradicionais. (MORTATTI, 2000, p.3)

De um lado estavam os conservadores, que defendiam o método tradicional de ensino. Lutavam pela cultura escolar, ou seja, uma tradição a ser transmitida. Do outro lado estavam os defensores do método analítico, que pregavam um conceito inovador na alfabetização, mesmo que seu efeito fosse um pouco mais lento.

O Ministério da Educação e Cultura e a COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) lançaram na década de 70 o livro intitulado Utilização do Livro Didático.

Convencido o Governo Brasileiro da importância do livro e, em especial, do livro didático, como instrumento básico pra melhorar o rendimento escolar, que é fundamento de uma verdadeira integração nacional, tornou-se imperativo que esse livro alcançasse os alunos em todo território brasileiro e possuísse características que, por seu conteúdo e apresentação atendesse “ao desenvolvimento físico e social”. (BR, COLTED, 1970, p. 11)

A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) faz ainda um relato do que é necessário ter um bom livro didático. Aspectos desde como de ser a capa até as ilustrações para despertar a curiosidade do aluno. Declara também que as imagens do conteúdo devem estar relacionadas com o texto.

Em 1985, com o decreto nº 91.542, o governo proporcionou aos professores a possibilidade de livre escolha nos livros que iriam trabalhar, mas deixou claro que tais livros não seriam descartáveis, teriam que ter um tempo de utilização de no mínimo três anos.

Houve um apelo por parte dos professores na década de 90 para que voltasse os livros didáticos. “Um fato que explica tal escolha, é que muitos professores esperam encontrar nos livros de alfabetização, de hoje, a permanência de procedimentos sistemáticos e explícitos para ensinar a ler e a escrever.” (SCHEFFER, 2007, p.07)

Sendo assim, fica claro que os professores estavam procurando no livro didático, mais que um apoio, mas sim algo que facilitasse o seu dia-a-dia em sala de aula.

A tecnologia, que permitiu e permite a produção de material didático cada vez mais sofisticado e em serie, mudou as condições de trabalho do professor. O material está aí: facilitou a tarefa, diminuiu a responsabilidade pela definição de conteúdos de ensino, preparou tudo – até as respostas para o manual ou guia do professor. E permitiu elevar o numero de horas-aulas (com as tarefas do tempo anterior, seria impossível a um mesmo sujeito dar 40 a 60 horas de aula semanais, em diferentes níveis de ensino). (GERALDI, 1993, p.94)

O que se nota aqui, é que os livros didáticos foram praticamente programados e aperfeiçoados para que os docentes pudessem conseguir um número maior de aulas, sem levar em consideração a responsabilidade com a qualidade de ensino.

Para Goulart (2006, p.95), a idéia de que, “se as cartilhas e os livros didáticos forem convidados para a sala de aula, que seja como material auxiliar da turma.” Os professores podem fugir um pouco do meio tradicional e utilizar vários outros meios para que haja alfabetização e letramento do aluno.

Percebemos com isso, que o professor de forma alguma deve ficar totalmente vinculado ao livro didático, ele é sim necessário, porém, o docente necessita buscar e aplicar outras metodologias em matérias diversos para que os alunos não estejam sempre presos na mesmice.

No início o livro didático de Língua Portuguesa inspirado ainda nos moldes dos ensinamentos religiosos buscava mostrar de forma sucinta o poder das palavras escritas. Mesmo diante da necessidade de algumas reformulações que tange as modificações do ensino ficou por alguns anos somente no sentimento

democrático de alguns estudiosos e educadores. Pontuamos que até os dias atuais ao usamos da democracia e da realidade social e cultural dos alunos para fazer escolhas pertinentes a cada realidade, assunto este que veremos a seguir no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

2.1 ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO

O professor ao se deparar com a escolha do livro didático, muitos fatores devem ser levados em consideração e analisados minuciosamente para que haja qualidade no material escolhido.

De acordo com Matos (1984) a tarefa de escolha do livro didático não é feita apenas por uma única pessoa e sim por várias, ou seja, uma equipe. E para que essa escolha seja a melhor, destacamos que essa equipe deve primeiramente entender da realidade cultural dos sujeitos, pois assim a escolha pode contemplar a diversidade social e cultural dos alunos. Dessa forma entendemos que os livros podem representar uma aprendizagem significativa.

Há algum tempo atrás, para se fazer uma Avaliação comparativa usava-se uma escala com valores de 5 a 1, onde 5 era excelente e 1 muito fraco. Cada livro didático avaliado através de 10 perguntas-chave, multiplicando-se por 2 o total de pontos obtidos.

Era possível ainda fazer uma avaliação em relação aos aspectos econômicos, que consistia em levar em consideração a durabilidade, legibilidade, e o preço do livro a ser escolhido.

É indispensável que os docentes saibam e que tenham atenção para reconhecer falhas em um livro didático, pois isto é uma avaliação corretiva de extrema importância. Vale aqui ressaltar que o livro didático é um apoio importante para o trabalho docente, mas não será muito proveitoso se o professor se limitar a ele e ensinar somente o que está ali determinado.

É tarefa de todo professor e da equipe da escola estarem atentos, operando críticas sobre materiais didáticos, dando atenção ao modo como é tratada a noção da diversidade, que deve trazer sempre uma base de respeito as qualidades de cada ser humano. Tal crítica deve incluir

decididamente o repúdio a materiais que tragam erros, preconceitos, difusão de atitudes discriminatórias, assim como a discussão de materiais que sejam, eventualmente, trazidos pela criança para a situação de sala de aula e contenham incorreções. (PCNs, 2001, p.99)

Assim é necessário observar vários pontos no momento da escolha, entre eles se o material didático trata da diversidade, de problemas sociais, se levam os alunos a conclusões mais lógicas sobre a sociedade e se é um livro que não contém erros.

Contudo isso, a análise e avaliação do material didático requer da equipe que fará a escolha um espírito crítico para analisar seu instrumento de trabalho.

Para escolha é necessário focar a facilitação da aprendizagem sempre optando por textos do cotidiano dos alunos que proporcionam a criatividade e a expressividade. Dando ênfase também para a clientela, ou seja, quem serão os alunos que irão utilizá-lo.

Enfim, é preciso levar em consideração vários pontos, mas sempre visando um melhor aprendizado e as diferenças dos alunos. Segundo Cícero Gabriel dos Santos:

O livro didático ocupa um lugar de destaque na definição das políticas públicas em educação, exercendo, na escola uma função relevante, seja como delimitador da proposta pedagógica a ser trabalhada em sala, como material de apoio ao encaminhamento das atividades de ensino e aprendizado, seja como suporte de ensino e aprendizado, seja como suporte único disponível para professores e alunos. (SANTOS, 2009, p.16)

Diante disso fica evidente as várias funções do livro didático e sua relevância no contexto escolar.

Sabendo que o modelo de livro didático de Língua Portuguesa atualmente surgiu no início dos anos 70, e que um dos fatores relevantes para esse surgimento foi o acesso da população a escola pública, (até então nem todos tinham acesso a educação gratuita) o que contribuiu para o perfil cultural dos alunos.

Conforme Batista (2003), o material didático de hoje em dia tem como finalidade estrutural e facilitar o trabalho docente, apresentando não apenas os conteúdos, mas as atividades didáticas e tendo organização de acordo com a divisão do tempo escolar, em séries, volumes e meses ou bimestres/unidades. Entendemos que o livro pode representar uma ajuda significativa para o professor,

porém o professor pode lançar mão de diversos outros suportes pedagógicos para ensinar seus alunos.

De acordo com Rojo (2005) os livros didáticos são considerados obras feitas com a finalidade de auxiliar no ensino de uma determinada disciplina, por meio da apresentação de conteúdos do currículo, sob a forma de unidades de lições.

No entanto, devido à sobrecarga de trabalho dos docentes e pouco tempo para a preparação de suas aulas, faz com que o livro didático passe a ser responsável pela tarefa de estruturar as aulas, fazendo assim um uso exclusivo deste recurso.

O livro didático é algo para o professor se apoiar, para auxiliá-lo em seu conhecimento, dando a ele também uma seqüência do que deverá ser aplicado no decorrer do ano letivo.

Seja um instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade e instigá-los a pensar em perspectiva, formulando hipóteses de solução para os problemas atuais. (BATISTA, 2003, p.43)

Assim, é necessário que o conteúdo impresso no livro didático, façam com que os alunos ampliem seus conhecimentos não só em relação a gramática, mas que os levem além da sala de aula, os fazendo refletir sobre os diversos problemas da sociedade.

Tendo em vista isso o livro didático é visto como um recurso disponibilizado a escola não apenas pela gramática em si, mas também para promoção da cidadania.

Muitas propostas de produção de testes são encaminhadas como projeto de escrita, criando se situações efetivas de interlocução: o aluno deve saber o que dizer, a partir de suas leituras, a dentro de um contexto, usando características específicas do gênero estudado. As orientações para a produção textual contemplam as etapas de planejamento, escritura, releitura e reescritura, em atividades estreitamente vinculadas aos temas tratados na unidade. (PNLD, 1993, p. 108 e 109)

Contudo isso fica notório a necessidade do livro didático de língua portuguesa conter bons textos e ter boas propostas de formulação de textos, que levem o aluno a uma reflexão da realidade social e também incentivá-los a serem

críticos, proporcionando aos mesmos, situações em que possam absorver além da atividade gramática.

2.2 AS CONTRADIÇÕES E CONTROVÉRSIAS DO LIVRO DIDÁTICO

Todo livro tem por finalidade ser utilizado para fins didáticos, ou seja, com o objetivo de ensinar algo a alguém. Mas isso não significa que qualquer livro utilizado para fins didático possa ser considerado um livro didático.

O livro didático é um auxiliar praticamente indispensável no trabalho docente, porém este fato não é suficiente para explicar a troca de títulos e edições a cada ano, sendo que em muitas escolas os alunos poderiam usar os mesmos livros utilizados por seus irmãos em anos anteriores.

Em 1985 o governo na Nova República no programa “Educação para Todos”, que tratava da melhoria de produtividade na educação básica, ressaltava em um de seus itens a garantia de livros a todos os alunos matriculados na rede oficial de ensino. Os professores se tornariam os responsáveis pela escolha dos livros didáticos que seriam utilizados.

O MEC (Ministério da Educação e Cultura) iniciou a distribuição dos livros didáticos em fevereiro de 1986 para alunos de 1º grau das escolas públicas, isso através do PNLD – Plano Nacional do Livro Didático.

O governo acabou tendo um custo alto nessa distribuição, mesmo contando com o apoio dos Correios e das Forças Armadas. Percebe-se assim que a produção e o consumo de livros didáticos interessariam bastante aos órgãos governamentais.

A FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), o órgão federal responsável pela aquisição e distribuição de livros às escolas, queriam livros duráveis, os quais pudessem ser utilizados por um período mínimo de três anos e que tivessem exercícios para serem resolvidos no próprio livro.

Mas para o desencadeamento desse programa, em 1986 foi necessário que o projeto fosse desenvolvido antes. Isso iniciou no segundo semestre de 1985, onde fizeram uma pesquisa entre 930 mil professores, os quais deveriam indicar o título pretendido num rol de cerca de 800 obras presentes em um catálogo editado

pelo MEC. Mas isso fez com que surgisse uma verdadeira guerra entre as editoras na disputa pela preferência dos professores. Devido a isso, uma delas chegou a editar um catalogo parecido com o oficial e que continha exclusivamente obras suas. Isso fez com que gerasse uma grande discussão com a alegação de que os professores teriam sido persuadidos, devido o catalogo da editora ter chegado aos professores antes do oficial. Com essa confusão foi necessário recomençar a pesquisa, enviando novos formulários para a escolha.

Mesmo cometendo esse equívoco, a editora que fraudou o catalogo, ainda teve o maior número de pedidos. Mas sofreu devido o preço pago pelo governo. Pontuamos que em nenhum momento houve um interesse por parte do educadores, da editora e das políticas educacionais em averiguar se de fato os livros ora oferecidos contribuiriam com o aprendizado do aluno.

A editora envolvida no episódio acima relatado (na verdade, duas companhias coligadas) já era a detentora de 50% no mercado nacional de livros didáticos, segundo palavra de seu próprio presidente. Foi também, a editora que recebeu o maior volume de pedidos dentro do PNLD, 33% do total, que foram pagos pelo governo a um preço médio, por livro, que era equivalente a dois cafezinho, na época, ainda de acordo com o presidente da empresa. (MOLINA, 1987, p. 23, 24)

Fica evidente com isso que os professores escolheram entre os livros que já conheciam. Mesmo a editora tendo se precipitado e causado toda essa confusão, ainda assim foi a escolhida pela maior número de professores.

Aquele que edita mais, divulga mais e assim cria se um circulo vicioso, ou seja, as editoras mais poderosas exercem maior pressão sobre os professores e, sendo as mais conhecidas, tem suas obras entre as mais escolhidas. Pensamos que as escolhas do livro didático, se feitas com responsabilidade e seriedade representariam um valor significativo para a educação no Brasil. Porém isso muitas vezes não acontece de forma correta e muitos educadores são levados por uma minoria a escolher o que convém a uma ou outra situação.

De certa forma, podemos muitas vezes que os professores não são preparados para fazerem as escolhas dos livros didáticos. Recebem apenas um catalogo de títulos que podem ser escolhidos, sem nenhuma indicação quanto a possíveis critérios norteadores e além de tudo com um prazo muito limitado para decidir. Sendo assim de nada adianta poder escolher, quando não se sabe como escolher. E isso é algo que necessita ser desempenhado pelos responsáveis nos

órgãos públicos e assim preparar o professor para fazerem escolhas criteriosas, onde possam avaliar muito mais que o conteúdo. Isso faria com que se evitasse uma série de problemas originados da má escolha de livros didáticos, entre os quais se sobressai à mudança constante de títulos. O professor troca o livro com que pretende trabalhar pelos mais variados motivos: algumas vezes devido o fracasso dos alunos, outras por encontrar falhas reais nas obras e outras ainda por estar atraído por novidades anunciadas através de propaganda das editoras.

O Conselho Federal de Educação, no Parecer 603/68 reconhece que “o problema de mudanças freqüentes e injustificadas dos livros didáticos é antigo e universal”, porém esclarecer que “aos Estados, e não ao Poder Central, é que cabe legislar sobre livros didáticos”. Levando em consideração o Parecer acima citado, a Coordenadoria do Ensino Básico e Normal do estado de São Paulo em 29 de setembro de 1975, baixou portaria onde se lê:

Artigo 1º - A adoção do livro didático é de livre escolha do professor, respeitadas as normas legais vigentes para a espécie.

Artigo 2º - Do planejamento anual da escola, a ser elaborado no início do ano letivo, constarão os livros didáticos a serem adotados nas diferentes áreas de estudo, apreciados preliminarmente pelo Conselho de Professores.

Parágrafo único – Uma vez escolhido, não poderá o livro ser substituído no decorrer do ano letivo.

Artigo 3º - Recomenda-se zelo e cuidado na adoção do livro didático, escolhendo-se obras que possam permanecer em uso pelo maior tempo possível.

Artigo 4º - Deverá a escola desenvolver esforços para incentivar os professores a instituir o Banco do Livro, o qual suprirá os alunos carentes de recursos.

Artigo 5º - As autoridades de ensino deverão ouvir a comunidade, através de manifestação da A.P.M., tomando as providências cabíveis, quando esta promova qualquer forma de contestação contra possíveis abusos na troca ou no critério de escolha do livro didático.

Percebe assim que se trata de uma portaria bastante liberal, apelando quase que exclusivamente para o bom senso dos professores. Porém, isso não impede que as reclamações, mesmo quando não formalizadas, aconteçam a cada início de ano letivo, não apenas quanto à troca excessiva de títulos como também em relação à baixa qualidade dos livros didáticos.

Um exemplo disso, são os textos contidos nos livros didáticos, que muitas das vezes não conseguem alcançar a interação entre leitores (alunos) e o autor.

Muitas das idéias e propostas apresentadas levam a crer que os livros didáticos se constituem em material muito bem cuidados e elaborados que se valem de teorias e concepções modernas de ensino, que visam à integração do conhecimento prévio do aluno com o conteúdo a ser estudado. Geralmente tal apreciação não é corroborada ao se analisar esses livros. Quanto à concepção de leitura veiculada neles, observa-se que ela está fundamentada, segundo palavras de um autor de livro didático, na “interação entre o autor e leitores, que constroem e reconstróem o sentido do texto”. De acordo com essa concepção, ler se constitui no ato de resgatar as intenções do autor através dos sentidos de cada texto, havendo, assim, uma interação entre sujeitos (autor-leitor) mediada por ele. (MICHELETTI; BRANDÃO, 1997, p.62)

Isso comprova que na hora da escolha os professores têm que estar atentos e argumentados para não escolherem livros que ao invés de ajudá-los em sala de aula, acabe os atrapalhando a incompreensão dos alunos em relação às questões que tratam os livros.

A unidade básica do ensino só pode ser o texto. Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilísticas, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino. Nessa perspectiva é necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. (PCNs 2001, p. 23)

Os alunos assim necessitam ter em mãos um livro que os propiciem a ter um conhecimento suficiente o qual os façam refletir além das normas exigidas pela gramática. Mas que os enriqueçam de todas as formas variadas de aprendizagem.

De acordo com Roxo (2000), o professor tem que conhecer as características dos diferentes tipos de gêneros textuais com os quais irá trabalhar, respeitar as variedades lingüísticas da língua materna, compreendendo, sem ter preconceito, seus usos e suas formas nas mais diferentes situações comunicativas. Deve conhecer também os diversos tipos de gramática, para assim apresentar os aspectos lingüísticos que estarão presentes em seu trabalho de análise em um determinado gênero textual; saber quais conhecimentos ele precisa privilegiar (usar) em cada situação, fazendo assim que os alunos também se apropriem deles e os usem em suas produções, pois, os conhecimentos lingüísticos levam os alunos a

refletir sobre aspectos da língua e da linguagem que são de extrema importância para o desenvolvimento das habilidades orais e escritas e também da capacidade de análise de fatos da língua e da linguagem.

De acordo com Santos (2005, p.6) o livro didático deve conter textos que foquem nos seguintes conteúdos e práticas:

a) Trabalhar com a diversidade de gêneros textuais e com a combinação entre eles, com a diversidade de objetivos e modalidades que caracterizam a leitura, pois, se o objetivo é formar cidadãos aptos a compreender os diferentes textos com os quais se defrontam, é necessário organizar um trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola;

b) Selecionar diferentes gêneros em que predominem a seqüência narrativa (contos, fábulas, lendas, notícias, dentre outros), sistematizando conhecimentos como: tempo, espaço, personagens, narrador, enredo, uso dos tempos verbais que caracterizam cada parte do enredo; uso de advérbios para indicar idéias de tempo e espaço; uso de adjetivos para descrever elementos da narrativa;

c) Em textos injuntivos, como receitas, manuais de instrução, regras de jogos, trabalhar a identificação, análise, reflexão e uso dos seguintes procedimentos: orações independentes, indeterminação do sujeito ou impessoalidade; efeitos de sentido produzidos pelo uso de verbos no modo imperativo, no infinitivo, no futuro do presente, na terceira pessoa do singular com a partícula se;

d) Em gêneros diversos, trabalhar, estruturar e critérios de organização; parágrafos; idéias centrais; coesão através dos pronomes, verbos, numerais, artigos, advérbios (ou locuções adverbiais), sino nímias, elipse, conjunções, orações reduzidas, justaposição (sinais de pontuação expressiva em diferentes gêneros (parênteses, vírgula, ponto-e-vírgula, dois pontos, travessão, aspas, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, etc.).

Ainda conforme Santos (2009, p.7) às atividades relacionadas à produção de texto devem tentar encontrar o desenvolvimento da habilidade na expressão escrita, logo não podem deixar de:

- a) Considerar o uso social da escrita, considerando o processo e as condições de produção do texto, afastando assim, o exercício descontextualizado da escrita;
- b) Estimular a criação dos mais variados gêneros e tipos de texto, considerando suas especificidades;
- c) Apresentar e analisar as características discursivas e textuais dos gêneros trabalhados, não se limitando à exploração temática;
- d) Desenvolver as estratégias de produção próprias das habilidades que se pretende levar o aluno a atingir.

Dessa forma, podemos perceber que o ensino de Língua Portuguesa tem um grande objetivo a alcançar, que é o de desenvolver habilidades de compreensão e expressão dos alunos quanto à escrita. Isso, utilizando métodos diferentes dos tradicionais, fazendo assim crescer a competência discursiva do aluno em diferentes situações de uso. Isso o possibilitará a ter um trabalho muito mais diversificado e produtivo.

E mais uma vez o que se poderia ser uma oportunidade de discurso ensino/aprendizagem, um diálogo de sentido enfático de fala conjunta, de um com o outro em busca de respostas, produz-se o discurso de sala de aula que, como a pergunta didática, faz do texto um meio de estimular operações mentais e não um meio de, operando mentalmente, produzir conhecimentos. Não há perguntas prévias para se ler. Há perguntas que se fazem porque se leu. É muito freqüente os alunos lerem primeiro as perguntas que se seguem ao texto de leitura do livro didático para encontrarem alguma razão para o esforço que farão. Mais freqüentemente ainda, como tais perguntas podem não exigir qualquer esforço, de posse delas, o aluno passeia pelo texto de sua superfície em busca de respostas que satisfarão não a si, mas a aferição de leitura que o livro didático e professor podem vir a fazer. (GERALDI, 1993, p.170)

Assim fica impossível o aluno chegar a outro raciocínio a não ser aquele que foi proposto pelo autor. Impossibilitando os mesmos a ter uma visão mais ampla de interpretação. Os limitando a outras formas de leitura. Pontuamos também que a leitura e a escrita do aluno está muito condizente com a realidade dele, diante disso se torna primordial que o livro didático represente um aliado do professor e do aluno e isso só será possível se o livro trouxer como discussão a diversidade cultural e as diferentes realidades social e culturais.

O professor tem a tarefa de apenas repassar conhecimento e não produzi-lo, tornando – o assim cada vez mais independente do livro didático, fazendo com que aquilo que chega as suas mãos torne-se discutíveis.

[...] o que se constata é que o livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o ligar do saber definido, pronto, acabado, correto e dessa forma, fonte última (e às vezes, única) de referencia.

O caráter de autoridade do livro didático encontra sua legitimidade na crença de que ele é depositário de um saber a ser decifrado, pois supõe-se que o livro didático contenha uma verdade sacramentada a ser transmitida e compartilhada. Verdade já dada que o professor, legitimado e institucionalmente autorizado a manejar o livro didático, deve apenas reproduzir, cabendo ao aluno assimilá-la. (SOUZA apud CORACINI, 1999, p. 27).

Com isso fica evidente que o professor não pode e nem deve se limitar ao livro didático, pois, isso afetará integralmente seus alunos. É necessário que ele se desvincule e muitas vezes até discorde do livro didático, fazendo valer o seu conhecimento.

Esse tipo de tirania da certeza e da verdade absoluta atinge a liberdade não apenas da autoria como também a do próprio aluno, na medida em que seu modo de pensar, seus hábitos cognitivos ficam acorrentados a fórmulas rígidas, desprovidas da modalidade necessária para compreender grande parte da realidade do mundo, da sociedade e de si mesmos. O resultado é a criação de uma postura passiva do aluno frente ao universo do conhecimento, a aceitação reverente da voz daquele que se apresenta como autoridade. É a exaltação do monólogo em vez do diálogo, a anulação da liberdade de discutir, do direito de discordar, da vantagem de duvidar, de desenvolver o olhar crítico e libertar-se da ingenuidade do olhar dogmático. (GREGOLIN; LEONEL, 1997, p. 117)

O professor assim é o primeiro que deve se libertar do método tradicional, fazendo com que seus alunos vejam o quanto é importante ter uma visão ampla e não ficar preso ao significado que o livro didático passa. Isso fará com que os alunos

aprendam a valorizar mais sua opinião própria e não aceitar sem dialogar com aquilo que muitas vezes são repassado.

2.3 DIVERSIDADE DE GÊNEROS TEXTUAIS NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A qualidade e a diversidade dos textos é algo indiscutível que deve estar presente nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Diante dessa possibilidade, podemos enquanto educadores diversificar a leitura proposta aos nossos alunos.

É preciso selecionar, para as aulas, textos que, por suas características e usos, forneçam a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamentos mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (MATTOS, 2000, p. 65)

Tendo em vista a preocupação e a necessidade de propor diversidade de textos didáticos, é de máxima importância destacar diversas propostas de leitura como a letra de música como um desses textos, pois, através da mesma, o professor levará o aluno a ter uma reflexão muito mais ampla sobre diversos valores.

No entanto podemos perceber que o uso de letras de músicas nos livros didáticos ainda é muito limitada, tanto qualitativamente, quanto quantitativamente. Seria importante que os órgãos responsáveis pelos parâmetros da escolha do livro didático, dessem mais ênfase e olhassem de forma peculiar para a necessidade da inclusão da letra de música no material didático.

Com efeito, a música é um tipo de arte com um imenso potencial educativo já que a par de manifestações estética por excelência (...) apresenta-se como um dos recursos mais eficazes na direção de uma educação voltada para o objetivo de se atingir o desenvolvimento integral do ser humano. (SAVIANI, 2000, p. 40)

A partir disso, podemos perceber a relevância de se trabalhar letra de música na formação do aluno, propiciando ao mesmo um método diferente, contribuindo assim para seu desenvolvimento pleno.

Com isso fica evidente a contribuição da música para o ensino de uma aprendizagem significativa.

Não basta apenas oferecer-lhes aquilo de que eles gostam, de acordo somente com suas preferências, mas importa também mostrar-lhes que a música pode proporcionar novas “escutas” e criar novas experiências positivas e relevantes ao seu desenvolvimento. (LOUREIRO, 2003, p.148)

Isso mostra, que não basta apenas trabalhar as músicas que eles gostam, tem que motivá-los a ir além, descobrindo em cada letra valores que contribuirão para o seu crescimento pessoal e intelectual. Segundo Penna (1990, p.80): “O mais importante é que o professor, consciente de seus objetivos e dos fundamentos de sua prática”.

Portanto fica evidente que para se ter um bom aproveitamento com relação ao ensino aprendizagem e também em relação à formação moral e intelectual do aluno, é importante a parceria entre professores, alunos e material didático, pois só assim a educação progredirá significativamente, proporcionando aos alunos, além da aprendizagem da língua materna, também valores para seu desenvolvimento enquanto ser humano.

Diante da perspectiva de escolha que represente uma aprendizagem significativa para os alunos é que nos propomos identificar possíveis posturas e paradigmas que rondam a escolha do livro didático de Língua Portuguesa. Ao questionarmos sobre como são feitas as escolhas procuramos responder às inquietações de alguns educadores e estudiosos em educação que procuram assim como nós encontrar possíveis caminhos que nos leve a trabalhar com o livro didático de forma que ele nos ajude a propor não só o ensino pautado no currículo, mas o ensino que os levem a ser mais críticos diante da realidade de cada um.

Tais respostas ou possíveis respostas serão questões tratadas no próximo capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO III

3 O PROFESSOR E A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Existem muitas controvérsias a respeito da escolha do livro didático, porém ainda são necessárias muitas reflexões e discussões para chegar a uma possível concordância no que tange as escolhas do livro didático que atenda a necessidade dos envolvidos no processo educacional. Salzano (2004, p.285) sobre isso afirma: "Têm sido observadas, em língua portuguesa, acusações diversas ao material didático utilizado para o ensino".

A importância de refletir sobre o que levar para a sala de aula em se tratando de livro didático aumenta as discussões sobre como devemos enquanto educadores fazer escolhas de um material didático que contribua de forma significativa com a aprendizagem dos alunos. Pontuamos aqui que os educadores podem discutir sobre o que realmente deve ser ensinado, para posteriormente fazer as escolhas de um material didático que vá subsidiar seu processo de ensino de forma que este material não seja o único apoio pedagógico para o professor, mas que possa servir como um dos meios didáticos de ensino.

Didático é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina. (LAJOLO, 1996, p. 4)

Diante da colocação do autor, afirmamos que muitas vezes o livro didático está sendo usado da forma como é programado. Os professores, de certa maneira, são comandados, instruídos por aquilo que está editado, perdendo muitas vezes a oportunidade de seguir outros métodos.

Mesmo que o livro didático seja bem formulado, em algum momento ele terá que ser adaptado para certas situações e o professor deve ter conhecimento suficiente para que no momento que apareça essa possibilidade ele perceba e dela se aproprie. Outras vezes, necessitando buscar a correção do mesmo, seja através de sua experiência, ou até mesmo de pesquisas feitas em outros materiais.

Utilizando-se de algumas colocações de professores que atuam na área de Língua Portuguesa em nossa pesquisa de campo, percebemos que ainda há muitas contestações a respeito do material didático utilizando conforme relatou uma de nossas entrevistadas.

De acordo com a Professora Fernanda o livro didático não é essencial e o professor necessita usar outros métodos de ensino, para levar o alunado ao um aprendizado significativo.

O livro didático, no meu ponto de vista, é apenas mais uma ferramenta de trabalho. O professor não deve, não pode ficar bitolado, preso a esse livro didático. Ele é necessário a medida em que os textos são longos e dependendo também dele, do livro didático as vezes até os textos não são assim exatamente adequados a situação, a clientela, aos alunos de determinadas séries, mas é apenas uma ferramenta. O professor não pode usar como muleta e se apoiar nele. E não deve se limitar aos seus conhecimentos. (FERNANDA, 2009)

Percebemos através da fala da professora, que o docente não só pode, mas deve estar se desprendendo do livro didático e buscar novos recursos para o ensino/aprendizagem, se necessário for.

Em contrapartida, existem professores que acreditam na importância desse livro e o classifica como um material indispensável. É o que comprova a fala do Professor Vladimir:

Além de ser um material de apoio, ele é indispensável na verdade. Por que ele é um ponto de referencia para o professor ter um norteamento básico de como ele vai trabalhar, das seqüências lógicas das atividades, principalmente voltada para a gramática. Uma vez que os textos são selecionados voltados para trabalhar a interpretação e as atividades de gramática vêm logo na seqüência dos textos baseado no que tem no próprio texto. (VLADIMIR, 2009)

Por outro viés, podemos observar que alguns professores utilizam o livro didático como se fosse um pré-planejamento, o qual o norteará seu trabalho no cotidiano em todo o contexto escolar, auxiliando-o a ministrar suas aulas.

Nesta perspectiva, reforçando ainda mais essa fala, destacamos a opinião da professora Valesca (2009): “O livro didático é algo indispensável. Pois sem ele, não teríamos um seguimento, uma direção.”

Em compensação, a Professora Carmem reforça a idéia de que o livro didático é importante, mas podemos lançar mão de outros mecanismos de ensino para pautar nosso trabalho docente. A Professora Carmem quando perguntamos a ela sobre o que significa para seu trabalho diário em sala de aula o livro didático ela diz que: “O livro didático é apenas um ponto de apoio. Ele não deve ser considerado algo indispensável na sala de aula, o professor pode e deve usar outros métodos.”.

Fica comprovado diante dessa afirmação, que dá mesma maneira que alguns professores discordam do seguimento contínuo do material didático, outros ainda são totalmente favoráveis ao mesmo. Podemos perceber também que por conta do trabalho pedagógico restrito ao livro didático, muitas vezes os professores limitam o saber de seus alunos a um único meio de instrução: o livro didático.

O livro didático, que muitas vezes é a única fonte de informação e atualização do professor, impõe-se como necessidade pragmática tanto para as políticas de educação quanto para os próprios agentes pedagógicos. No limite caricatural estão os livros didáticos cuja versão “livro do professor” traz não apenas as respostas às questões, mas a seqüência das aulas e as falas que deve dizer o professor, transformando-o num autônomo. (BRITTO, 2004, p. 253)

Com isso, se torna necessário que façamos escolhas de livros que atendam as necessidades de cada aluno, respeitando sua cultura e sua realidade. Cabe aqui ressaltar que alguns livros estão sendo editados de forma a proporcionar ao docente uma maior comodidade, desmotivando-o a buscar novos métodos de ensino. É mister também colocar que as escolhas não se apóiam na ciência para validar sua proposta. Aqui cabe destacar o que diz Salzano (2004, p.285): “[...] a escolha feita, pelos professores e pela escola, de manuais, na maioria dos casos não tem embasamento científico”.

Em relação à preparação dos docentes, para a escolha do livro didático a ser usado, as opiniões são quase unânimes. Isso fica claro quando perguntamos a professora Fernanda se os docentes estão preparados para fazerem a escolha do livro didático. Assim, a professora Fernanda argumenta:

Eu acredito que a classe de professores ela tem que estar obrigatoriamente preparada para isso, porque afinal de contas, ele é um profissional, ele estudou, ele se preparou para assumir a profissão, então ele com certeza, ele tem que estar preparado pra escolher. (FERNANDA, 2009)

Dividindo desta mesma idéia, está o Professor Vladimir: “Os docentes estão preparados, porque na verdade não é um professor que faz a escolha, são vários. E a partir do momento que eles se reúnem o que prevalece é a opinião da maioria.”.

Observamos assim, a convicção que alguns docentes têm sobre o preparo para a escolha do livro didático de Língua Portuguesa, na visão de muitos educadores o educador deve estar instruído para tal procedimento.

Entretanto, há quem acredita que ainda falta preparação para que essa escolha seja considerada certa. A professora Carmem quando indagada sobre a preparação dos professores no momento da escolha afirma que:

Os professores, infelizmente ainda não estão preparados. Por que as vezes a escolha é feita por quem nem vai dar aula naquela série, pois, a maioria dos professores não são efetivos, são professores convocados e assim muitas vezes não serão os mesmos que estarão utilizando o livro no próximo ano, serão outros professores. Sendo assim, é um escolha bem complicada. Ela não é adequada, na minha opinião. (CARMEM, 2009)

Baseando-se nesta idéia, notamos que é preciso fazer uma reflexão em torno dessas escolhas, buscando um maior preparo nos docentes no que diz respeito a escolha do livro didático de Língua Portuguesa. Ressaltamos aqui que isso evitará muitos contratemplos, principalmente em relação à clientela que estará utilizando esse material. Afirmamos que o ponto principal para escolha certa se dá principalmente na diversidade social e cultural dos estudantes, para isso se faz necessário uma reflexão sobre vários fatores entre eles a faixa etária dos alunos. A professora Fernanda nos alerta para isso, quando indagada se ela já tinha se deparado com algum livro didático que não atendeu suas expectativas em determinada situação. Sobre isso ela diz:

Já vi coleções de livros, em que fogem totalmente da faixa etária, outras parcialmente. Então a gente tem que pensar o seguinte: Nenhum livro é perfeito. Todos os livros quando não pecam no texto, pecam na utilização da gramática em relação ao texto, então é muito complicado, por isso que o livro não deve ser usado como único ponto de apoio, é um dos motivos que ele não pode ser usado como único ponto de apoio, por que ele não é perfeito. (FERNANDA, 2009)

Considerando este ponto de vista, percebemos que o livro didático deixa a desejar em alguns aspectos segundo a fala da professora Fernanda. Os entrevistados quando perguntados sobre se os livros são apropriados para cada faixa etária, nos apontam para algumas inadequações em relação ao conteúdo dos livros didáticos de Língua Portuguesa. Algumas avaliações sobre as escolhas se divergem e são avaliados por alguns professores como inapropriado para algumas séries, especialmente quanto a alguns textos contidos nos materiais didáticos é o que relata Valesca: “Alguns livros didáticos não trazem conteúdos apropriados para algumas faixas etárias. Principalmente em relação aos textos, que às vezes não são adequados e criam dificuldades quanto a interpretação.”

Concordando com esse relato e ainda acrescentamos a fala da Professora Carmem:

Infelizmente alguns livros não são apropriados, principalmente os últimos que estão sendo utilizados, por causa dos referências que tem que mais ou menos bater. Os de Língua Portuguesa não estão adequados para as séries onde eles estão sendo utilizados na minha opinião. (VALESCA, 2009)

Observamos assim que é necessário ter uma atenção maior em relação à escolha dos livros, para que esta não venha prejudicar na formação dos alunos, exigindo dos mesmos, algo além de sua capacidade intelectual em alguns momentos.

Outra questão importante de ressaltar é quanto à contribuição que o material didático trará para o desenvolvimento social e cultural do aluno. Nessa perspectiva, é importante afirmar que o livro didático de Língua Portuguesa tenha que também trazer em seu conteúdo textos que atenda as necessidades de inserção do aluno no mundo globalizado atual.

O processo de escolha dos livros didáticos deve ser realizado de forma a garantir transparência e confiabilidade dos programas, assegurando ao aluno o acesso a um material didático de qualidade que contribua para o seu pleno desenvolvimento e para o exercício da cidadania. (HADDAD, 2007)¹

¹ Entrevista concedida pelo Ministro da Educação Fernando Haddad à rádio CBN, em 03 de outubro de 2007.

No tangente ao assunto em questão podemos perceber a necessidade de escolher livros didáticos de Língua Portuguesa que traga assuntos da atualidade e que também resgate no aluno a capacidade de reflexão sobre diversificados assuntos do seu cotidiano.

De acordo com nossas entrevistas nem todos dividem dessa mesma opinião de que os livros didáticos de Língua Portuguesa podem ser escolhidos de forma a agregar conhecimentos partindo da realidade do aluno. Nessa ótica Salzano (2004) pontua:

É importante que o aluno se torne o sujeito de sua própria aprendizagem, com o professor fornecendo meios para que isso ocorra. Assim, a verdadeira aprendizagem deve partir das experiências já vivenciadas pelo educando, levando-se em conta seus interesses e motivações. (SALZANO, 2004, p.286)

Entendemos que o contexto social do aluno deve ser levado em consideração na hora da escolha do livro didático da disciplina de Língua Portuguesa, fato esse que nem sempre é levado em consideração.

Em contrapartida, existem professores que confiam inteiramente na qualidade do material didático quanto a sua adequação para cada ano. É o que afirma o Professor Vladimir quando perguntamos sobre a qualidade do livro didático. Sobre isso ele afirma:

Na verdade as editoras já buscam escolher, organizar o seu livro baseado nos Anos que antigamente eram séries. Então todos os livros praticamente uma seqüência lógica está adequado, pode ocorrer de ter uma variação de textos, ou outra atividade um pouco adiantada, um pouco atrasada. Mas todos estão de acordo com cada série. (VLADIMIR, 2009)

Mesmo confiando no livro e o julgando adequado, percebemos que a afirmação do professor fica um pouco confusa quando perguntamos se ele alguma vez já se deparou com textos nos livros didáticos que não era passivo de discussões naquele momento, naquela sala de aula. O professor Vladimir afirma: “É às vezes pode acontecer de algum texto ser um pouco difícil para aqueles alunos, então eu procuro pular esse texto.” Fica evidente pelo relato do professor que nem sempre o educador pode usar somente o livro didático como material de apoio, pois nem sempre o livro didático de Língua Portuguesa traduz na íntegra toda a diversidade de interatividade e diversidade na sala de aula.

3.2 LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: FERRAMENTA QUE FAVORECE O APRENDIZADO

Pode ocorrer em algumas situações em sala de aula, do aluno não conseguir em algum momento interpretar o conteúdo exigido no material didático, por isso se torna indispensável que os docentes busquem encontrar outras maneiras para que haja aprendizado, discussões e reflexões.

É necessário que o professor altere sua metodologia de ensino não só quando o aluno não consegue acompanhar, mas no próprio dia-a-dia, você tem que usar, utilizar outros meios, para não ficar inclusive meio que enfadonha a aula. Você tem que estar sempre criando situações diferentes, até sair da sala de aula inclusive e fazer uma aula em outro lugar, no pátio do colégio, no recreio coberto, para mudar um pouco essa mesmice, o dia-a-dia. (FERNANDA, 2009)

Notamos a partir disso, que nem sempre todos os alunos conseguem ter a mesma evolução no acompanhamento do livro didático, sendo necessário o professor optar por outros meios de ensino. Nesta mesma perspectiva, divide a mesma idéia a docente Carmem quando perguntamos se o docente usa algum outro recurso acaso aconteça de algum aluno não conseguir acompanhar, interpretar o livro didático.

Temos vários outros recursos quando o alunado não consegue fazer o acompanhamento necessário, assim trabalhamos textos de jornais, vários gêneros textuais diferentes. Nós temos a sala de tecnologia onde nós trabalhamos atividades diferenciadas. Então essas atividades é que auxiliam muito o professor quando o livro didático não alcança o objetivo proposto pelo professor por que os alunos não conseguem acompanhar, aí então ele tem que se valer de outros recursos, por que na verdade é um ponto muito positivo, é ótimo o professor sair do livro didático e usar outros recursos. (2009)

Dessa forma analisamos que é preciso usufruir de materiais diferenciados, para estar melhorando não só o conhecimento dos alunos, mas também a qualidade de ensino. A escolha do livro didático de Língua portuguesa pode significar um valioso recurso metodológico para os docentes, porém ele não consegue alcançar seu objetivo se não escolhido por profissionais da educação que saibam lidar com

as diferenças sociais e culturais do alunado. Por esse prisma o livro didático pode significar um recurso sem grandes feitos se não contemplar a realidade dos alunos. Segundo Geraldi(1982), é importante escolher material dialético, estratégias, atividades, conteúdos que proporcionem ao aluno a apreensão do dialeto padrão[...]. Podemos perceber pela fala da professora Carmem que o livro didático que circula nos meios educacionais atualmente deixa a desejar em vários aspectos. Isso fica evidente quando a professora Carmem afirma que: “Muitas vezes percebo que o material que trabalho hoje me ajuda muito pouco”.

O Professor Vladimir, concorda com outros métodos de escolhas e recursos e vem reforçar essa idéia quando afirma:

Devido o livro ser só um ponto de referencia, o professor tem outros materiais, tem gramáticas, tem outros livros, vários recursos para auxiliar quando o aluno não acompanha. Na verdade, o aluno pode não acompanhar dentro da seqüência gramatical que tem no próprio livro, mas na parte dos textos todos alunos acompanham. Na verdade tem que fazer leitura, releitura. O professor tem que acompanhar as interpretações dentro do texto. (VLADIMIR, 2009)

Neste contexto, fica notória a necessidade dos docentes utilizarem diversificadas maneiras para assim chegarem ao aprendizado integral da turma. De acordo com Oliveira (2001):”O livro didático é necessário e eficaz, mas se deixar dirigir exclusivamente por ele é renunciar à liberdade que o professor tem, pode de deve ter.”

A utilização do livro didático se torna eficaz, se feita sob a ótica da diversidade das inovações metodológicas e de assuntos que abordem problemas do cotidiano. Isso fica claro na fala da professora Carmem quando perguntamos quais assuntos sociais os livros didáticos teriam que abordar, ela nos relata que:

Muitos livros abordam alguns problemas sociais, como a violência doméstica, o uso de drogas, desmatamento, o desperdício de água, desperdício de energia. Eu penso que muitos problemas sociais, os nossos livros abordam, mas às vezes de uma forma que o aluno não consegue interpretar, por que ta fora da faixa etária dele. Às vezes o livro aborda um tema que o professor não pode se aprofundar, por que aquele tema não está adequado a idade do aluno. (CARMEM, 2009)

Mais uma vez percebemos que é de extrema importância à adequação dos livros didáticos as realidades sociais e culturais dos alunos. Um livro didático de Língua Portuguesa que traga implícito em seu contexto toda a cultura e a

diversidade da nossa língua materna, certamente significará um aprendizado mais significativo aos nossos alunos.

Todos os assuntos sociais, de acordo com a faixa etária, devem ser abordados no livro didático. Devido nossos alunos estarem amadurecendo cada vez mais rápido, é importante, é imprescindível que o professor de Língua Portuguesa trate de todos os assuntos. Eu acredito que o professor de Língua Portuguesa, tem que ser primeiramente um leitor, tem que adorar, amar ler e a partir dessa leitura que ele faz, ele vai proporcionar para o aluno, diversas formas de abordar assuntos atuais, de acordo com a faixa etária, auxiliando a família, a orientá-los. (FERNANDA, 2009)

Fica óbvia, a necessidade de o livro didático conter e tratar os mais diversificados assuntos, além de trazer discussões sobre diferenças. É necessário também o professor aprofundar-se nas questões que tangem as diferenças, para proporcionar aos alunos uma reflexão que desperte a sensibilidade e conscientização dos mesmos para as questões da diversidade cultural.

Para que haja um entrosamento qualitativo entre os alunos, de forma geral, professor e conteúdo aplicado, é preciso que o docente busque outras metodologias além do uso maçante do livro didático. E o professor é peça fundamental para que haja tais mudanças, o professor pode encontrar a melhor ocasião para essa mudança e para a escolha do material didático. A professora Carmem nos aponta para essa realidade quando perguntada em que momento o professor pode rever sua metodologia se o livro didático não ajudar em determinada situação, ela nos diz que:

Não existe um momento especial para mudar a metodologia. Eu penso que o momento surge na sala de aula, com o que o professor aprende com o aluno. Com o que o aluno leva de casa, que é o mais importante. Então no momento em que surgir o problema o professor abrir mão do livro e aplicar outra metodologia, ou tirar de seu conhecimento, ou através de pesquisa. Por isso o professor tem que sempre ter em mãos jornais, revistas, filmes. É muito importante que o professor tenha esses recursos sempre em mãos, por que não adianta na hora que ele precisar, ou na escola, não ter como ele utilizar. (CARMEM, 2009)

Destacamos também a opinião da professora Fernanda quando fizemos a ela a mesma indagação:

Quando o docente achar necessário, ele deve mudar o método de ensino. Não tem uma situação certa. Por que talvez você faz um planejamento e chega na sala de aula e tenta seguir o planejamento, mas você ouve uma pergunta que está totalmente fora daquilo que você planejou e você tem que pegar esse gancho aí, essa motivação e seguir a sua aula. Por isso o professor tem que ler muito e estar preparado pra essa situação e

aproveitar aquela pergunta do aluno e seguir a sua aula, sair do planejamento e seguir de acordo com o interesse do aluno. É lógico e fazer com que esse assunto, de repente volte para o seu interesse, para o conteúdo da aula. Você pode usar aquele assunto e ministrar a sua aula normalmente. (FERNANDA, 2009)

Assim podemos identificar que não existe um momento adequado para os docentes modificarem sua metodologia se o livro didático não esteja condizente com a aula em dado momento. Essa ocasião pode surgir muitas vezes quando ele menos espera e cabe a ele, nessa circunstância, estar utilizando algum outro material que tenha consigo, ou até mesmo, usar sua experiência e seus conhecimentos para propiciar aos alunos algo diferente do tradicional. O livro didático de Língua Portuguesa pode trazer em seu conteúdo textos que também servirão de ponto inicial para as mais variadas discussões em torno de vários assuntos, daí então a necessidade de se fazer uma escolha pertinente a cada realidade de sala de aula.

O Professor Vladimir (2009) ao ser questionado sobre a necessidade de mudar as metodologias de ensino de acordo com a realidade da sala, diz que acha que pode ser mudada no Ensino Médio, devido o material didático estar fora da seqüência a qual os alunos necessitam saber. Mas nos Anos do Ensino Fundamental não há necessidade. Ele afirma: “O livro tem que sempre estar presente, mas em algum momento, o professor pode buscar algum outro material para auxiliar o livro didático.”.

Para que a escolha do livro didático, seja feita de forma adequada, é preciso seguir alguns quesitos básicos, como estar dentro da realidade dos alunos e contemplar a necessidade de todos. É o que nos aponta a fala da Professora Fernanda:

O professor tem que observar no momento da escolha, a questão do conteúdo, textos, a realidade do aluno, por que as vezes o texto é interessante, tudo bem, que os o aluno precisam saber como que funciona o modo de viver do nordestino, enfim, das regiões todas, mas tem que prestar muito atenção se esse livro não esta voltado só para uma determinada região. Por exemplo, eu já peguei livro em que os textos estavam voltados muito para região Sul, para região Sudeste. Então nós temos que prestar muita atenção, no livro, nos textos que esse livro traz, apresenta, para não ficar assim, muito fora da nossa realidade. (FERNANDA, 2009)

É importante assim que saibamos identificar o que o conteúdo trazido no livro didático representa para os alunos e em que ele quer chamar a atenção deles.

Não podemos esquecer que o livro didático de Língua Portuguesa precisa estar dentro do contexto social e cultural dos alunos.

A Professora Valesca quando perguntada como é feita a escolha do livro didático nas escolas, ela nos informa que:

Os professores se reúnem, juntamente com os seus coordenadores, tanto os das escolas municipais, como das estaduais e tentam chegar a um entendimento quando a seleção dos livros. E de acordo com as indicações cada professor faz a sua escolha. Depois que todos escolherem, às vezes chega a ter três opções, eles decidem qual é o melhor, o que agradou a maioria é o escolhido. (2009)

Mesmo que essa escolha seja feita de acordo com a opinião da maioria dos docentes, nem sempre ela é a melhor, isso fica evidente na fala da professora Carmem (2009): “Essa escolha, no meu ponto de vista, é polêmica, porque a maioria opta por aquele livro que foi melhor defendido e isso não significa que ele seja o melhor entre as opções”.

Necessitamos dessa forma, estarmos sempre atentos para que não haja erros e precipitações na hora de escolher o material didático que estará sendo utilizado por vários professores, com pensamentos diferentes, com diferentes tipos de alunos, é importante assim ressaltar que não todos dividem da mesma opinião e vêm da mesma realidade.

3.3 OS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Uma questão importante de ressaltamos é em relação a fama e a pressão que muitas editoras fazem para que seus materiais sejam expostos de forma a influenciar a escolha do livro didático de Língua Portuguesa. Para que isso não aconteça é preciso não se deixar influenciar por propagandas, mas levar em consideração o conteúdo que esses livros trazem, apresentam. Quanto ao tempo para se fazer as escolhas, é bastante escasso e a maioria dos professores se sentem pressionados e sem condições de fazer uma boa escolha. Acreditamos que as escolhas do material didático poderiam ser feito de forma que todos os envolvidos

no processo pudessem defender suas escolhas e apontasse os pontos positivos que o levou a fazer tal opção.

Destacamos aqui o fala da Professora Carmem (2009):

Infelizmente o tempo para a se fazer a escolha é muito curto. Pois, recebemos os livros no final do ano, para que os escolhidos já sejam usados no próximo ano. E devido final de ano ser muito corrido, tanto para os professores, quanto para os alunos, sendo que estão preocupados com as provas finais, o tempo não é adequado é insuficiente.

A professora Carmem nos aponta para um fato muito importante de destacarmos aqui, o tempo destinado a escolha do livro didático. Acreditamos ser importante que as escolhas devam acontecer em dia e lugar, específico para tal finalidade uma vez que pela fala da professora entendemos que o tempo destinado a escolha é pouco. A professora Fernanda (2009) sobre isso ressalta:

O tempo é muito corrido para se fazer a escolha. Muitas vezes recebemos livros de editora, que depois que passa a escolha é que chega. Temos até uma quantidade razoável de opções para olharmos. Mas o tempo é muito curto. Eu penso que é muito rápido. Na minha opinião, tínhamos que ter muito mais tempo.

Isso nos faz ter certeza de que é necessário um prazo maior para que os professores possam analisar minuciosamente cada livro, para que não tenha falhas ou mesmo escolhas precipitadas em decorrência do pouco tempo disponibilizado para esse fim. Outra questão que fica oportuna registrar é a qualidade de uma escolha feita em tempo corrido. O material analisado possivelmente não contemplará os alunos na totalidade, nem mesmo na qualidade.

No entanto, há docentes que consideram suficiente o prazo para que seja feita a escolha do material didático. De acordo com o Professor Vladimir (2009): “Os docentes já têm no momento da escolha, aquele livro que lhe chamou mais atenção, sendo que não necessita ter muito tempo para fazer assim essa escolha”. Pois cada um já tem uma noção básica do conteúdo que os livros devem apresentar.

No entanto, quando pergunto se o professor Vladimir faz uma pré-análise dos livros ele diz: “Nem sempre, às vezes, olho só o sumário”. Diante dessa afirmação podemos concluir que muitos professores se valem para escolha somente de vagas “suposições” de livro adequado para cada ano escolar do aluno.

Os alunos precisam estar por dentro de tudo que ocorre em seu contexto, para isso se faz necessária a escolha de livros didáticos que propiciem a escola seu papel fundamental que é instruir.

Os textos que trazem os livros de Língua Portuguesa são uma das maneiras que os professores podem e devem estar utilizando para despertarem a atenção de seu alunado sobre diversos acontecimentos. E isso deve estar ligado ao conteúdo que o livro didático necessita abordar.

A professora Valesca, faz um comentário importante a respeito desse assunto, quando perguntamos se os textos trazidos pelos livros didáticos auxiliam os alunos em seu dia-a-dia, ela diz:

Muitos textos são voltados para o cotidiano do aluno, mas cabe a ele estar fazendo a interpretação correta. Muitos desses alunos não dão a atenção merecida ao que o texto tenta transmitir. O professor até tenta fazer com que releia que preste atenção nas perguntas, porém mesmo assim, ainda existem aqueles que deixam essa oportunidade passar. (Valeska, 2009)

Pontuamos também, que não é responsabilidade apenas do professor que esses textos sejam bem aproveitados, os alunos necessitam estar mais atentos e darem a atenção merecida a esse conteúdo que trará conhecimento e experiência. É de grande relevância destacarmos que o conteúdo do livro didático de Língua Portuguesa pode trazer a tona assunto que desperte a curiosidade e o raciocínio dos alunos. Nessa perspectiva Mattos (2000,p.65) afirma:

[...]é preciso selecionar, para as aulas, textos que, por suas características e usos, favoreçam a reflexão crítica, o exercício de forma de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (MATTOS, 200, p.65)

O Professor Vladimir destaca que ainda é necessário que os textos sejam mais bem formulados, pois nem todos os alunos têm a mesma capacidade de interpretação e mesmo que os professores estejam atentos e preparados para auxiliá-los, ainda assim, tem aluno que não consegue explorar aquilo que o texto procurar passar.

A Professora Carmem acredita que em se tratando de alguns textos dos livros didáticos, estão de acordo com aquilo que os alunos necessitam saber para o seu dia-a-dia:

Os textos dos livros didáticos são bem informativos, que contém orientações sociais, psicológicas. Porém, depende do professor, saber explorar aquele texto, saber trabalhá-lo, saber trazer as informações do texto para a vida real do aluno, para o seu cotidiano. E outra, pode ocorrer do texto não estar adequado com a faixa etária de seus alunos, então caberá a ele trabalhar esse texto de maneira correta, até por que são os professores que orientam para a vida, para a formação de cidadãos. (CARMEM, 2009)

É de grande relevância que os docentes tenham assim, diferentes maneiras de interpretação, acaso aconteça de algum, ou alguns alunos não conseguirem alcançarem o objetivo proposto pelo livro didático em relação a compreensão dos textos, a intervenção do professor se faz necessária toda vez que estes necessitarem.

3.4 LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Outro método importante na questão dos conteúdos dos livros didáticos de Língua Portuguesa é o valor de se trabalhar a letra de música no livro didático de Língua portuguesa, pois através delas conseguimos despertar ainda mais o interesse dos alunos nas aulas, fazê-los a ter uma reflexão quanto a sua interpretação e até mesmo descobrir algum talento que esteja escondido. Isso se torna evidente segundo a fala da professora Carmem quando perguntamos a ela quais conteúdos dos livros de Língua Portuguesa ela achava importante de estarem sempre presente. Ela faz a seguinte colocação:

A idéia da inclusão da letra de música nos livros didáticos de Língua Portuguesa é maravilhosa. Auxiliara muito, nós professores a fazemos as chamadas aulas diferentes. E outra, os cidadãos em si são movidos por música e com essa inclusão, além da aula ficar muito mais prazerosa, ainda podemos encontrar algum talento que esteja passando despercebido. Eu aprovo totalmente e penso que essa inclusão veio no momento certo. (CARMEM, 2009)

Para se ter uma noção ainda mais palpável em relação a essa inclusão, a Professora Fernanda diz estar favorável, desde que as letras tenham fundamento e que não caia na banalidade. Inclusive, que muitas letras de musicas estão

relacionadas ao dia-a-dia dos alunos, podendo assim acrescentar valores e informações importantes para o seu cotidiano e para a sua formação.

O Professor Vladimir acredita que seja importante essa inclusão, porém acredita que muitas vezes os alunos não conseguem interpretá-las da maneira correta.

Essa inclusão é importante sim, desde que as escolhas sejam feitas da maneira certa, por que muitas vezes os alunos não conseguem interpretar as letras das músicas de forma correta, não conseguem compreender a mensagem que ela quer passar e isso acaba dificultando o trabalho do professor. Por isso, é necessário que as letras escolhidas tenham fundamento e que sejam de fácil interpretação. (VLADIMIR, 2009)

Observamos com isso, que não basta apenas escolherem as letras das músicas que os alunos gostam, ou que estejam acostumados a ouvirem, necessita buscar letras que possam estar trazendo informações importantes para o enriquecimento intelectual dos mesmos, fazendo-os a fazer uma reflexão significativa a respeito de vários assuntos, de diversos acontecimentos que os auxiliará como cidadãos.

Diante de todas as entrevistas podemos afirmar que a escolha do livro didático de Língua Portuguesa requer um novo olhar. É importante ressaltarmos que as mais diversas realidades culturais e sociais muitas vezes podem servir de ponto inicial para discussão nos livros didáticos. Outro ponto importante de se ressaltar é a não eficiência das atuais escolhas, muitos educadores são levados pela maioria a escolher livros que em nada condizem com sua realidade de sala de aula.

Convém ainda frisar, que os textos literários quando não fragmentados podem ser uma das ferramentas importantes para se ensinar gramática, pois segundo Salzano (2004, p.293): "[...] a verdadeira gramática se encontra nos textos literários, por meio dos quais é possível aprender a língua, já que todos os pontos gramaticais são utilizados na trama criada". Faz-se necessário aqui, colocar que nós educadores podemos contribuir de forma coerente com a escolha do livro didático de Língua Portuguesa pautados na realidade de nosso alunado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar o tema “Livro Didático: reflexão sobre a escolha do livro didático” observamos a necessidade de estar se fazendo escolhas condizentes com a realidade de cada sala e de cada aluno, devido as diferenças sociais e culturais existentes na âmbito da escola.

Podemos afirmar diante dos relatos que o docente não pode ficar limitado a usar somente o livro didático o qual foi escolhido. É de extrema importância o uso de outros materiais, modificando a sua metodologia, para que os alunos se sintam mais motivados e mais interessados nos conteúdos que o professor deverá estar trabalhando no decorrer do ano letivo.

Verificou-se que os livros didáticos não são totalmente perfeitos, que muitas vezes trazem falhas, erros e o docente precisa estar preparado para corrigi-lo no momento oportuno, fazendo assim valer sua experiência, suas pesquisas, o seu conhecimento.

Através deste trabalho concluímos que existe a necessidade de trabalhar diferentes gêneros textuais, para buscar um aprendizado mais amplo e não só ficar preso somente ao conteúdo trazido no livro didático, pois, isso tornará as aulas maçantes, tanto para os alunos, quanto para o professor.

Percebemos também a necessidade de contar com docentes embasados teoricamente para fazer a melhor escolha, analisando os livros de forma cautelosa, pensando na clientela que estará utilizando esse livro didático. Percebemos pelo resultado da pesquisa que, mesmo a escolha seja a melhor, ainda assim, não deve estar limitado a ele, é necessário buscar sempre outros meios para chegar a um aprendizado significativo.

Em síntese, podemos afirmar que o material didático de Língua Portuguesa precisa estar mais condizente com a realidade cultural e social dos alunos. Dessa forma, pensamos que para que isso aconteça os responsáveis pela escolha desse material didático deve ter um olhar diferente em relação os conteúdos curriculares das instituições de ensino e também da realidade plural do contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BAIRRO, Catiane Copaco. **Livro Didático: Um olhar nas entrelinhas da sua história.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/Cj5GgE6L.doc>. Acesso em: 19 de Junho de 2009.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1889 até 1930.** São Paulo - SP: Alfa Omega, 1976.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910).** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a08v30n3.pdf>>. Acesso em: 20 de Junho de 2009.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares de Ensino Médio.** Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 de Agosto de 2009.

_____. COLTED. **Utilização do livro didático: material básico dos cursos de treinamento para professores primários.** Brasília: MEC, 1970.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua X tradição gramatical.** Campinas – SP: Mercado de Letras, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem bá-bé-bi-bó-bú.** In: **História da alfabetização.** São Paulo: Scipione, 1998.

CARVALHO, Nelly; MATOS, Francisco Gomes. **Como avaliar um livro didático: Língua Portuguesa.** São Paulo – SP: Pioneira, 1984.

CORACINI, Maria José. **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático.** Campinas – SP: Pontes, 1999.

GERALDI, João Wanderley. **Possíveis alternativas para o ensino da Língua Portuguesa.** Revista ANDE, N^o4, 1982.

_____. **Portos de Passagem.** São Paulo – SP: Martins Fontes, 1993.

GREGOLIN, Maria do Rosário; LEONEL, Maria Célia M. **O que quer o que pode esta língua?** Araraquara – SP: FCL – Unesp, 1997.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo – SP: Ática, 1999.

LAROCA, Priscila; SAVELI, Esméria de Lourdes. **Psicologia e alfabetização: Retratos de alfabetização.** Campinas - SP: Komedi, 2001.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O Ensino de Música na escola fundamental.** Campinas – SP: Papyrus, 2003.

MATTOS, J.M. (2001) **O texto escrito no contexto escolar**. In: BRITO, E.V. PCNs de língua Portuguesa: a prática em sala de aula. São Paulo, Arte & Ciência. Disponível em: < <http://www.escrita.uem.br/escrita/pdf/alcgada.pdf>> Acesso em: 03 de novembro de 2009.

MICHELETTI, Guaraciaba; BRANDÃO, Helena. **Aprender e ensinar com livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Cortez, 1997.

MOLINA, Olga. **Quem engana que? Professor X Livro didático**. Campinas – SP: Papyrus, 1987.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Disponível em:<www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ensfund/alf_martattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2009.

Parâmetros Curriculares Nacionais. **Pluralidade cultural e orientação sexual**. Temas Transversais/Ministério da educação, secretaria da Educação Fundamental. 3ª ed. Brasília: A secretaria, 2001.

SALZANO, Tapia Josefa. **Análise de um livro didático em Língua Portuguesa**. Revista Integração, Nº:42, 2004.

SANTOS, Cícero Gabriel. **A escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa e o uso desse material em sala de aula: implicações para o ensino da escrita**. Ano I, Vol. I: 2009. Disponível em: <<http://www.linguaeduacao.net/press/05.pdf>> Acesso em: 30 de outubro de 2009.

SCHEFFER, Ana Maria Moraes et al. **Cartilhas: das cartas ao livro de alfabetização**. Campinas, 2007. Disponível em: <www.alb.com.br/anais16/sem10/pdf/sm10ss20_40.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2008.

SILVA, Mariane T.M. Carneiro; MALINOSKI, Marlei Gomes da Silva. **O implícito nos textos veiculados nos livros didáticos: uma possibilidade para se desenvolver o “habitus” frente à cultura da paz**. Disponível em:<http://www.utp.br/eletras/textos/Primeiros_ensaios_20.1_O_implicito_nos_textos_veiculados_nos_livros_didaticos_SILVA_MALINOSKI.pdf>. Acesso em : 30 de outubro de 2009.

VEIGA, Luis Maria. **A reforma Protestante**. Revista **O cotidiano da História**. 4ª Edição. São Paulo - SP: Ática, 1995.

